



# Educação em tempo integral

Um passo essencial para o desenvolvimento  
holístico e o futuro das novas gerações

## **Fundeb**

Nova forma de distribuição  
de recursos para combater  
desigualdades

## **Alfabetização**

Estratégias para garantir o  
direito de ler e escrever

## **Educação Infantil em foco**

Qualidade, equidade e  
expansão de vagas no Brasil



# Educação para a TRANSFORMAÇÃO

Na **Fundação Santillana** acreditamos na educação como principal catalisador para um mundo mais justo e equitativo para todos. Temos o compromisso de contribuir para a superação das desigualdades educacionais com diversas iniciativas próprias. Por meio de nossas iniciativas, como livros, podcasts, e eventos gratuitos, fomentamos o debate educativo e

reforçamos nossa crença no poder transformador da educação. Para isso, atuamos com uma ampla rede de parceiros nacionais e internacionais, buscando trazer uma ampla oferta de propostas, boas práticas e discussões por uma escola mais sustentável, para o desenvolvimento da educação e pela redução das desigualdades.



## SUSTENTABILIDADE: o amanhã depende de nós!

Na **Fundação Santillana**, acreditamos que a educação é uma ferramenta poderosa para promover a consciência ambiental.

Por isso, o “**Prêmio Escolas Sustentáveis**”, reconhece e dá visibilidade a projetos inovadores de escolas públicas e privadas no Brasil, México e Colômbia. Na edição de 2024, o projeto “**Em Busca dos Jardins: A Formação de Lideranças Femininas Comprometidas com o Desenvolvimento Social do Território**”, da **Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint-Hilaire**, em Porto Alegre, RS, foi eleito o Projeto do Ano.

Iniciado em 2019, a iniciativa visa formar lideranças femininas por meio da mediação de leitura e diálogos sobre desigualdade de gênero, além de promover ações contra a violência de gênero, autocuidado e saúde mental.

### PARABÉNS, SAINT-HILAIRE!

E parabéns a todos os projetos participantes da edição de 2024!

Juntos, estamos promovendo a mudança que o planeta precisa!

Acompanhe nossas redes sociais para novidades e o calendário completo da premiação. Siga **@fundaçãosantillana**

**A edição de 2025 está chegando e você não pode ficar de fora.**



Conheça os projetos!

Conheça outros projetos no nosso **banco de iniciativas inspiradoras** e junte-se a nós nessa transformação!





*Presidência*

**Alessio Costa Lima**

Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/ CE

*Vice-presidência*

**Silvio Aparecido Fidelis**

Dirigente Municipal de Educação de Várzea Grande/ MT

*Secretaria de Assuntos Jurídicos*

**Marcia Aparecida Baldini**

Dirigente Municipal de Educação de Cascavel/ PR

*Secretaria de Coordenação Técnica*

**Antonia Rodrigues da Silva**

Dirigente Municipal de Educação de Benjamin Constant/ AM

*Secretaria de Articulação*

**Ednamar Aparecida da S. C. Assunção**

Dirigente Municipal de Educação de Moema/ MG

*Secretaria de Comunicação*

**Jose Marques Aurélio de Souza**

Dirigente Municipal de Educação de Jucás/ CE

*Secretaria de Finanças*

**Anderson Passos dos Santos**

Dirigente Municipal de Educação de Aratuípe/ BA

*Presidência da Região Centro-Oeste*

**Leonardo Santa Cecília**

Dirigente Municipal de Educação de Catalão/ GO

*Presidência da Região Nordeste*

**Josevanda Mendonça Franco**

Dirigente Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro/ SE

*Presidência da Região Norte*

**Luslarlene Umbelina S. Fiamett**

Dirigente Municipal de Educação de Santa Luzia D'Oeste/ RO

*Presidência da Região Sudeste*

**Luiz Miguel Martins Garcia**

Dirigente Municipal de Educação de Sud Menhuccí/ SP

*Presidência da Região Sul*

**Maristela Ferrari Ruy Guasselli**

Dirigente Municipal de Educação de Novo Hamburgo/ RS

Email: undimenacional@undime.org.br

Portal: undime.org.br

Endereço: SCS – Q. 6 – Bl. A – Ed. Carioca – salas 601, 608, 610 a 615

CEP: 70.325-900

Brasília/DF

Telefone: 61 3037-7888

*Suplente da Secretaria de Assuntos*

*Jurídicos*

**Andreika Asseker Amarante**

Dirigente Municipal de Educação de Igarassu/ PE

*Suplente da Secretaria de Coordenação*

*Técnica*

**Fernanda Pinheiro de Abreu**

Dirigente Municipal de Educação de Xapuri/ AC

*Suplente da Secretaria de Articulação*

**Vilmar Lugão de Britto**

Dirigente Municipal de Educação de Jerônimo Monteiro/ ES

*Suplente da Secretaria de Finanças*

**Djalma Barros Siqueira Neto**

Dirigente Municipal de Educação de Feliz Deserto/ AL

*Vice-presidência da Região Centro-Oeste*

**Paulo Madson Vieira da Silva**

Dirigente Municipal de Educação de Santa Rita do Trivelato/ MT

*Vice-presidência da Região Nordeste*

**Michael Lopes da Silva**

Dirigente Municipal de Educação de Esperança/ PB

*Vice-presidência da Região Sudeste*

**Osório Luís Figueiredo de Souza**

Dirigente Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu/ RJ

*Vice-presidência da Região Sul*

**Alex Cleidir Tardetti**

Dirigente Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste/ SC

*Conselho Fiscal*

*Titulares*

**Shirliane Monteiro de Lima Sampaio**

Dirigente Municipal de Educação de Igarapé Grande/ MA

**Joária de Araújo Vieira**

Dirigente Municipal de Educação de Rio do Fogo/ RN

**Luiza Rodrigues de Souza Brasileiro**

Dirigente Municipal de Educação de Lajeado/ TO

**Eliane Rodrigues de Moraes**

Dirigente Municipal de Educação de Francinópolis/ PI

**Alsione Pereira De Alencar Sulbaran**

Dirigente Municipal de Educação de Pacaraima/ RR

**Karla Cristina Palha Barbosa**

Dirigente Municipal de Educação de Itaúbal/ AP

*Equipe*

*Coordenação institucional*

**Maria Edineide de Almeida Batista**

*Assessoria de Políticas Públicas*

*Educacionais*

**Vivian Ka. Fuhr Melcop**

*Assessoria de Projetos*

**Vilmar Klemann**

*Administrativo*

**Fátima Soares**

**José Lucena de Sousa Júnior**

**José Nilson Melo**

**Marcia Mesquita**

**Wendell Assunção**

*Projetos*

**Renata Dias**

**Jéssica Almeida**

*Comunicação*

**Cauet Farias de Oliveira**

**Joana Saraiva**

**Vanelle Oliveira**

*Revista Educação Municipal*

**Coordenação – Undime**

*Jornalista responsável*

**Maiara Pires e Lays Maciel**

*Revisão*

**Leandro Fortes**

*Colaboração*

**Joana Lamounier Saraiva, Maria**

**Edineide de Almeida Batista, Vanelle**

**Menezes Oliveira e Vivian Ka. Fuhr**

**Melcop**

*Arte e diagramação*

**Denise Oliges**

**cobra**  
**criada**

*Apoio na impressão*

**FundaçãoSantillana**

*Tiragem*

**9.000 exemplares**



# Editorial

Neste momento em que se conclui uma gestão municipal e se iniciará o ciclo 2025/2028 nas prefeituras de todo país e, com isso, novos Dirigentes Municipais de Educação, juntos, passarão a administrar praticamente metade das quase 49 milhões de matrículas da educação básica, um cenário de mudanças e desafios se abre para estes gestores que devem ter uma visão de médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que atendem às demandas imediatas de suas redes públicas de ensino.

Como contribuição a este cenário, a edição da Revista Educação Municipal traz um panorama dos principais desafios que Dirigentes e equipes técnicas das secretarias precisam enfrentar, além de indicar caminhos para superá-los. Nas próximas páginas, abordamos assuntos que são fundamentais para a promoção da educação pública com qualidade social no Brasil.

A partir da reflexão sobre a missão do Dirigente Municipal de Educação, discutimos o papel fundamental desses gestores na oferta de uma educação pública com qualidade social e a importância da Undime junto aos 5.569 municípios do país, enquanto instituição que representa e defende os interesses da educação pública municipal, com vistas a garantia do direito ao acesso, permanência e aprendizagem nas escolas públicas para todos os brasileiros, sem exceções, respeitando e valorizando a imensa diversidade do país.

Apresentamos um atual panorama da oferta da Educação Infantil e seu novo marco regulatório, com o

impacto dos novos Parâmetros de Qualidade, as Diretrizes Operacionais e a demanda pela oferta de vagas em creches. Refletimos sobre os desafios da alfabetização, a partir da implementação da política Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a instituição da Renalfa, o lançamento do Indicador Criança Alfabetizada e Selo de Alfabetização. Abordamos a expansão das matrículas de educação integral em tempo integral, cujo programa atualmente está em seu segundo ciclo, e também exploramos temas como Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação de Jovens e Adultos (EJA), e os avanços na Educação Especial sob a perspectiva inclusiva, com a homologação do Parecer 50, do Conselho Nacional de Educação.

Destacamos, também, as estimativas do Fundeb para 2025 e as condicionalidades da complementação-VAAR. Cumprir as condicionalidades previstas no VAAR não representa apenas uma exigência legal ou administrativa, mas também um compromisso com a redução de desigualdades na educação pública.

Em 2025, encerra-se a vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE), que teve seu prazo prorrogado até o mês de dezembro. Assim, se iniciará um processo de intensos debates sobre o Projeto de Lei do novo PNE no Congresso Nacional, bem como sobre os Planos Decenais de Educação no âmbito dos estados e municípios, tão logo seja aprovado o PNE.

O primeiro ano dos novos mandatos é especialmente importante para a estratégia Busca Ativa Esco-

lar e para a plataforma Conviva Educação, pois com o início das gestões municipais, os dirigentes das redes de educação precisam fazer uma readesão a essas iniciativas da Undime. A Busca Ativa Escolar é fundamental para garantir que nenhum estudante fique fora da escola, enquanto o Conviva Educação oferece conteúdos e ferramentas essenciais para uma gestão mais eficiente das redes municipais de ensino.

A edição da Revista Educação Municipal é um convite à reflexão sobre a missão desafiadora que é ser Dirigente Municipal de Educação. Cada decisão tomada no âmbito da educação impacta na realidade de milhares de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Cabe a nós, como gestores municipais, garantir que nossa atuação seja pautada por uma educação pública com qualidade social, inclusiva e que atenda de maneira equitativa às necessidades de todos os nossos estudantes.

Que esta gestão seja marcada por transformações significativas para a melhoria da educação básica pública em seu município e, consequentemente, em todo o país!

Boa leitura!

**Alessio Costa Lima**

Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/CE

Presidente da Undime

# Su má rio



08

Entrevista:  
As mudanças  
no cenário  
educacional  
do país

10

A missão do DME  
na oferta de uma  
educação pública  
de qualidade

12

Presidentes Estaduais:  
Importância  
da Undime

Capa:  
Expansão da  
educação em  
tempo integral

21

Educação para  
as relações  
étnico-raciais

25

EJA para a  
garantia da  
cidadania

27

Educação  
especial na  
perspectiva  
inclusiva

28

Fundeb:  
Nova forma de  
distribuição  
de recursos  
para combater  
desigualdades

30

33

Inclusão educacional:  
as contribuições da  
estratégia Busca Ativa  
Escolar para a garantia  
do direito à educação

35

Ferramenta para  
a gestão de redes  
municipais  
de ensino

37

Artigo:  
O futuro passa pelo  
desenvolvimento  
socioemocional  
na escola

38

Prorrogação do PNE abre  
novas perspectivas para a  
educação no Brasil

Educação Infantil  
ganha força e  
qualidade

15

Os novos  
desafios da  
alfabetização

17

Um olhar para  
os anos finais  
do Ensino  
Fundamental

19







# As mudanças no cenário educacional do país

Alessio Costa Lima

**N**a entrevista a seguir, o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, Dirigente Municipal de Educação (DME) de Ibaretama/CE, apresenta aos novos gestores o cenário educacional no país e fala sobre os planos da entidade para 2025. Confira:

**Como os Dirigentes Municipais de Educação irão encontrar o cenário da educação e no que precisam ficar atentos?**

O Plano Nacional da Educação (PNE) encerra sua vigência em dezembro de 2025 e o governo federal já encaminhou ao Congresso Nacio-

nal o PL nº 2614/2024. Ao analisar o PNE, os DME vão se deparar com algumas metas que competem ao município e que ainda não foram alcançadas, como o desafio da ampliação da oferta de matrículas em creches. Outro ponto é o advento do novo Fundeb, cuja dinâmica de financiamento teve mudanças. Será preciso se apropriar das novas formas de complementação que trazem responsabilidades ao gestor e ao prefeito. Em âmbito federal, tivemos o desenho de políticas nacionais, algumas delas, pactuadas pelos entes federados. É importante que cada DME tome conhecimento dessas políticas e do que foi pactuado, para dar a sua contribuição no sentido de aperfeiçoá-las.

**As mudanças no cenário educacional também trouxeram para o centro das políticas a equidade com foco na redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais. Como esse olhar impacta na gestão municipal de educação?**

As políticas no âmbito do município terão que se voltar para ações de redução dessas desigualdades e a escola precisa trabalhar essa compreensão com o professor. A equipe pedagógica deve ter a sensibilidade de observar quem são os 25% dos alunos com o menor desempenho na turma e procurar fazer um trabalho de intervenção pedagógica focada no desenvolvimento desse

grupo. Ao fazer isso, o município, certamente, irá melhorar os seus indicadores.

**Políticas públicas como o piso nacional do magistério, carreira e formação profissional são elementos essenciais para a oferta da educação pública de qualidade. Como a Undime tem atuado para fortalecer essas políticas?**

Uma das metas do atual PNE é equiparar a média salarial dos professores às demais profissões com formação semelhante de nível superior. O piso nacional do magistério foi uma das maiores conquistas da categoria. No entanto, a lei que criou o piso traz mecanismos para atualização anual que tem causado desequilíbrio nas contas dos municípios, prejudicando tanto as prefeituras quanto os professores. Como integrante do Fórum Permanente de Acompanhamento da Política do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério da Educação Básica, a Undime tem participado de discussões para construir um novo mecanismo de atualização do piso, que seja sempre acima da inflação, mas também estável e sustentável e que permita assegurar a valorização do professor.

**Quais serão os focos de atuação da Undime em 2025?**

A Undime seguirá cumprindo o seu papel de estar atenta nas discussões do novo PNE, na defesa de tudo que tenha correlação com as

responsabilidades das redes municipais de ensino, para assegurar que esse Plano retrate as demandas dos municípios. Uma vez aprovado no Congresso, nós teremos outro desafio, que é fazer o mesmo trabalho de mobilização para a construção dos novos planos municipais de educação para mais uma década. Além do PNE, vamos acompanhar a tramitação de outros projetos de lei que tramitam na Câmara e no Senado e nos posicionar nas comissões. Temos, por exemplo, a proposta do Sistema Nacional de Educação. Defendemos a sua aprovação por entender que ele representa, na prática, a implementação de um regime de colaboração entre as instâncias federal, estadual e municipal. Seguiremos qualificando a nossa capacidade de comunicação e de escuta aos dirigentes municipais de educação para fazer uma representação qualificada junto ao Ministério da Educação, ao Inep, à Capes, ao FNDE e demais instituições. Também iremos fortalecer duas importantes iniciativas de suporte aos municípios: o Conviva Educação e a Busca Ativa Escolar, estratégias da Undime, em parceria com outras instituições. Convidamos os dirigentes municipais a conhecerem e a usarem essas duas importantes ferramentas de apoio à gestão da educação municipal.



# O papel do Dirigente Municipal de Educação para a promoção de uma educação pública de qualidade

**A**s competências técnicas são pré-requisitos indispensáveis para que um Dirigente Municipal de Educação (DME) faça uma excelente gestão das políticas públicas de educação, o qual também deve ter clareza sobre suas responsabilidades administrativas, políticas e sociais. É necessário ter uma visão macro do sistema educacional brasileiro, conhecer o estágio da oferta da educação pública em nível nacional, estadual e municipal, bem como informar-se sobre como acessar programas, ações e recursos técnicos, materiais e financeiros a fim de garantir a aprendizagem de todos os estudantes.

É importante buscar parcerias em regime de colaboração e valer-se da intersetorialidade entre as diversas áreas da gestão pública para que a gestão da educação seja eficiente e dê resultados positivos, além de valer-se de um planejamento que lhe permita identificar

as fragilidades, as limitações e os desafios da gestão.

Como os gestores trabalham com orçamento e recursos limitados e têm pouco tempo para implementar projetos e programas, não é possível prescindir de planejamento, organização administrativa, monitoramento, avaliação e registro contínuo das atividades, bem como de uma equipe composta por pessoas competentes e capacitadas.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de

Educação (Undime), Alessio Costa Lima, Dirigente Municipal de Educação de Ibareta/CE, convida a todos os Dirigentes Municipais de Educação do Brasil a se associarem à instituição, ressaltando que nela não há distinção entre município grande, médio ou pequeno, pois todos são tratados com igualdade e têm a sua voz ouvida. “A Undime (nacional) funciona como um canal de comunicação entre os dirigentes municipais de educação e as instâncias de governo, a qual terá sua voz

mais fortalecida se conseguir ecoar as vozes dos 5.568 municípios e do Distrito Federal por meio das suas seccionais existentes em cada estado”, ressalta.

Segundo o presidente, para manter essa unidade, a Undime se pauta por princípios que se alinham com os da administração pública para fazer valer a sua atuação, haja vista que quatro em cada dez matrículas da educação básica estão nas redes municipais, de acordo com o Censo Escolar de 2023.

## Conheça a Undime

Compreender a missão do DME e reconhecer seu papel social no setor educacional é essencial para que sua administração alcance resultados positivos. Por isso, sugerimos que você participe das diversas atividades da Undime que representam importantes oportunidades de troca e aprendizado, que serão fundamentais para aprimorar sua gestão.

Para construir e fortalecer esse vínculo, sugerimos algumas ações importantes. Primeiramente, **filie-se à seccional de seu estado** e siga as redes sociais da Undime (nacional), das seccionais, incentivando sua equipe técnica a fazer o mesmo. Além disso, acesse as plataformas Conviva Educação e Busca Ativa Escolar, atualize os cadastros e analise o uso dessas ferramentas para planejar e organizar a atuação de sua gestão.

Participe também das atividades presenciais e virtuais promovidas, mobilizando a equipe técnica de sua rede. Colabore ativamente nos debates sobre políticas públicas, contribua para a construção de consensos e posicionamentos. Por fim, participe dos fóruns estaduais e nacionais, tanto ordinários quanto extraordinários.

**Seccionais**  
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e tenha acesso aos contatos das seccionais da Undime em todo Brasil



## Missão

Articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação e o Secretário de Estado da Educação do Distrito Federal, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, com qualidade social.

## Visão

Ser referência na proposição e em processos de construção, implementação e gestão de políticas educacionais, sendo reconhecida e acreditada nacionalmente como defensora e interlocutora incontestada do direito dos cidadãos a uma educação pública com qualidade e equidade.





# Como a Undime contribuiu para a gestão da sua rede de ensino e para sua evolução profissional?



"A Undime tem um papel importantíssimo na articulação e mobilização dos Dirigentes Municipais de Educação. Com o apoio dela, conseguimos propor e fortalecer as políticas educacionais, dentro e fora do Acre. É gratificante ter a oportunidade de fazer parte de todas as discussões em prol da educação do nosso país, sem contar com o aprendizado e as oportunidades de vivência que a instituição nos proporciona."

**Fernanda Pinheiro de Abreu**  
DME de Xapuri/AC  
Presidente da Undime Acre



"A Undime é uma instituição fundamental na gestão educacional, proporcionando orientações estratégicas e apoio técnico que fortalecem as redes municipais de ensino. Sua atuação promove nossa evolução profissional, com o objetivo de alcançar uma educação mais eficaz, sólida, inclusiva e transformadora."

**Djalma Barros**  
DME de Feliz Deserto/AL  
Presidente da Undime Alagoas



"Dirigir a educação municipal não é uma tarefa fácil. Nesse grandioso compromisso, a Undime se coloca em uma posição estratégica de apoio e orientações, assessoramento, mobilização, formação por meio dos fóruns, reuniões e a ferrenha defesa da educação pública de qualidade em todos os espaços. Essa atuação contribui com o fortalecimento da nossa prática, melhorando nossas ações e impactando nos resultados. Como presidente da Undime/AM, acessei novas leituras, lugares e pessoas que aprimoraram meus conhecimentos e a minha prática profissional. Muito obrigada Undime!"

**Antônia Rodrigues da Silva**  
DME de Benjamin Constant/ AM  
Presidente da Undime Amazonas



"Os desafios educacionais são enormes. Porém, precisamos estar fortalecidos, para enfrentarmos as diversidades de territórios e sermos os protagonistas de uma educação com equidade para todos. Somos fortalecidos pela Undime, que nos envolve diante de tais desafios, garantindo ações pautadas na união entre o estado e os 16 municípios do Amapá, com o objetivo de garantir políticas que visem os avanços da educação no Brasil."

**Karla Cristina Palha Barbosa**  
DME de Itauba/AP  
Presidente da Undime Amapá



"O aporte da Undime, nas mais variadas esferas da educação municipal, é condição "sine qua non" para a melhoria da qualidade do ensino e dos indicadores nas avaliações externas em Aratuípe, bem como nos demais municípios da Bahia. Contribui, ainda, de maneira significativa, para a minha visão de mundo como gestor educacional e, sobretudo, como ser humano."

**Anderson Passos dos Santos**  
DME de Aratuípe/BA  
Presidente da Undime Bahia



"A Undime contribui para a gestão da rede municipal, proporcionando aos DME orientações sobre planejamento, execução, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, na busca pela garantia da educação pública de qualidade com equidade e justiça social. Além de fortalecer a gestão da educação, integrada ao regime de colaboração, promove a formação continuada em serviço dos DME e equipes das secretarias."

**José Marques Aurélio de Souza**  
DME de Jucás/CE  
Presidente da Undime Ceará



"Posso afirmar que a Undime é a instituição representativa dos dirigentes que buscam fazer a diferença em sua gestão. Fazemos parte de uma grande rede de aprendizagem diária e, juntos, temos alcançado grandes conquistas com a defesa de uma educação pública municipalista de melhor qualidade."

**Vilmar Lugão de Britto**  
DME de Jerônimo Monteiro/ES  
Presidente da Undime Espírito Santo



"A Undime contribui significativamente para a gestão da rede de ensino ao oferecer capacitação e apoio técnico às secretarias municipais, estimulando práticas inovadoras e a troca de conhecimentos. Isso resulta em uma evolução profissional constante para educadores e gestores, refletindo em melhorias na qualidade da educação."

**Miguel Rodrigues Ribeiro**  
DME de Rio Verde/GO  
Presidente da Undime Goiás



"A Undime tem sido uma parceira essencial na gestão das redes de ensino do Maranhão - um estado de grande extensão territorial e com 217 municípios que enfrentam desafios educacionais únicos e complexos. Como presidente da Undime/MA, sinto a responsabilidade e o orgulho de representar meus colegas dirigentes, levando adiante o protagonismo das redes municipais no fortalecimento da educação básica. Por meio do Regime de Colaboração, a Undime articula e fortalece a integração entre os municípios e as instâncias governamentais, promovendo um alinhamento eficaz nas políticas públicas educacionais. Isso assegura que as necessidades dos municípios sejam ouvidas e contempladas, permitindo que, juntos, possamos construir uma educação mais inclusiva e de qualidade para nossos estudantes."

**Karla Janys Nascimento**  
DME de Açailândia/MA  
Presidente da Undime Maranhão



"A Undime/ MG tem sido essencial para o fortalecimento das políticas educacionais no estado. Com seu suporte técnico, formação continuada e promoção de diálogos entre os municípios, temos evoluído profissionalmente e contribuído para uma gestão educacional mais eficiente e integrada."

**Ednamar Aparecida da Silva Cardoso Assunção**  
DME de Moema/MG  
Presidente da Undime Minas Gerais



"A Undime tem sido uma aliada imprescindível no fortalecimento da gestão educacional em Mato Grosso do Sul. Sua atuação tem garantido não apenas o apoio constante aos dirigentes, mas também o fortalecimento do regime de colaboração entre os municípios. Por meio das capacitações, troca de experiências e políticas de articulação, conseguimos melhorar a qualidade do ensino e promover uma evolução contínua na formação dos gestores."

**Mirta Landolfi**  
DME de Ponta Porã/MS  
Presidente da Undime Mato Grosso do Sul



"Fazer parte da Undime tem sido uma experiência extremamente enriquecedora. A organização não apenas fortalece a gestão das redes de ensino, mas também promove o desenvolvimento profissional dos educadores, criando um ambiente de aprendizado contínuo."

**Silvio Aparecido Fidelis**  
DME de Várzea Grande/MT  
Presidente da Undime Mato Grosso



"A Undime contribui de modo significativo para as redes municipais de ensino do Pará, permitindo a participação em debates nacionais sobre políticas públicas educacionais e articulando parcerias de maneira colaborativa. Quanto à evolução profissional, contribui para reafirmar a busca pela gestão democrática e para compreender o papel do gestor no processo de melhoria da educação pública e de autonomia do município."

**Elen Alves**  
DME de Santa Izabel do Pará/PA  
Presidente da Undime Pará



"A Undime foi essencial para o avanço da nossa rede de ensino, proporcionando formações, encontros e suporte técnico especializado que fortaleceram a gestão educacional. Com tais iniciativas, conseguimos implementar inovações e aprimorar processos, garantindo uma educação de maior qualidade. Além disso, a Undime teve um papel crucial no meu crescimento profissional, ampliando minha visão estratégica e fortalecendo a capacidade de liderar e promover transformações significativas no cenário educacional."

**Michael Lopes da Silva**  
DME de Esperança/PB  
Presidente da Undime Paraíba



"A entidade se consolidou como um espaço de apoio técnico, com informações atuais e seguras que auxiliam diretamente a organização e o planejamento da política pública educacional dos municípios. Hoje, na minha atuação como DME de Igarassu, possuo segurança e conhecimento sobre programas, financiamento, prestação de contas e ações pedagógicas fruto dos encontros formativos e fóruns promovidos a cada ano pela entidade."

**Andreika Asseker Amarante**  
DME de Igarassu/PE  
Presidente da Undime Pernambuco



"A Undime fortalece a política pública educacional do município, na medida em que orienta dirigentes e técnicos das secretarias municipais de educação a implantar e implementar políticas públicas focadas em uma gestão educacional transformadora, com qualidade social e equidade para todos os alunos e alunas. Proporciona, também, para nós, dirigentes municipais, a oportunidade de crescer como educador."

**Eliane Moraes Rodrigues**  
DME de Francinópolis/PI  
Presidente da Undime Piauí



"Para a oferta da educação pública, os dirigentes enfrentam muitos desafios, tais como: financiamento insuficiente que compromete a manutenção e a ampliação das redes; escassez de professores para atender à crescente demanda das redes de ensino, principalmente no que diz respeito à educação inclusiva. Além disso, é essencial investir em formação e valorização dos professores. Tais desafios exigem soluções inovadoras e um esforço conjunto entre governos, escolas e comunidades. E, nesse sentido, a Undime é uma aliada poderosa no apoio aos dirigentes municipais de educação e equipes técnicas, e no enfrentamento dos desafios postos."

**Marcia Aparecida Baldini**  
DME de Cascavel/PR  
Presidente da Undime Paraná





"A Undime é uma grande escola permanente de gestores públicos e tem sido essencial para a minha formação e de todos que participam deste grande movimento permanente de suporte técnico e promoção do diálogo entre as redes de ensino. Como presidente da Undime-RJ tive a oportunidade de ampliar minha visão sobre as diversidades educacionais para meu Estado e de outras regiões do país, engrandecendo minha formação como gestor educacional. Tenho a honra de ter a oportunidade de construir Políticas Públicas Educacionais mais inclusivas e eficazes, melhorando a Educação do meu Estado e do meu País."

**Osório Luiz Figueiredo de Souza**  
DME de Cachoeiras de Macacu/RJ  
Presidente da Undime Rio de Janeiro



"A Undime tem sido uma parceira essencial para a construção de uma gestão mais qualificada e alinhada às demandas atuais. No Rio Grande do Norte, unimos esses esforços para discussões que fortalecem a gestão da rede e elevam a qualidade educacional. Por meio de capacitações e trocas de experiências, conseguimos aprimorar as habilidades e desenvolver práticas para nossas cidades. Me sinto privilegiada por ter uma parceria tão importante no meu município e por poder me tornar uma profissional com uma bagagem enriquecedora que a Undime nos traz."

**Joária de Araújo Vieira**  
DME de Rio do Fogo/RN  
Presidente da Undime Rio Grande do Norte



"Como presidente da Undime Rondônia, minha evolução profissional foi extraordinária. A Undime expandiu meus conhecimentos em gestão educacional, oferecendo capacitação, ferramentas de monitoramento e troca de experiências. Isso fortaleceu a qualidade educacional, a atuação das redes e a defesa da educação dos municípios do meu estado."

**Luslarlene Umbelina de Souza Fiamett**  
DME de Santa Luzia/RO  
Presidente da Undime Rondônia



"A Undime foi crucial para minha atuação como gestora municipal de ensino em Pacaraima e como presidente da seccional de Roraima. Obtivemos suporte técnico, oportunidades de capacitação e articulação política, fundamentais para enfrentar os desafios gerados pela diversidade cultural e natural da nossa região. Com esses recursos, conseguimos avançar na promoção de uma educação de qualidade para todos os roraimenses em nossos 15 municípios."

**Alsione Sulbaran**  
DME de Pacaraima/RR  
Presidente da Undime Roraima



"A Undime contribuiu na construção e aprimoramento de políticas educacionais na gestão dos 497 dirigentes dos municípios gaúchos. Promoveu superação e resiliência na trajetória percorrida, nas tomadas de decisões, na busca de estratégias para enfrentar os desafios, que exigiram coragem e colaboração, visando ofertar uma educação pública de qualidade. Possibilitou a produção e ressignificação de conhecimentos, em novos contextos e espaços de debates, no campo teórico e prático, tencionando discursos naturalizados, no âmbito nacional e internacional."

**Maristela Guasselli**  
DME de Novo Hamburgo/RS  
Presidente da Undime Rio Grande do Sul



"Considero minha passagem pela Undime um divisor de águas, pois foram tempos de muito aprendizado, que me permitiu ampliar horizontes, como profissional, principalmente no campo da gestão e políticas públicas. Participar desta interlocução, entre as representações educacionais, promoveu o fortalecimento institucional com voz ativa na construção de políticas educacionais, e de maior autonomia do município, expandindo e elevando a educação."

**Alex Cleidir Tardetti**  
DME de São Lourenço do Oeste/SC  
Presidente da Undime Santa Catarina



"Ao longo de toda a minha trajetória à frente da Secretaria de Educação de Sud Mennucci/SP, posso afirmar que a Undime tem sido fundamental para a nossa rede. Isso porque tanto a seccional paulista, a qual presido atualmente, quanto a nacional promovem eventos, formações e até mesmo reuniões que nos proporcionam trocas de boas práticas, orientações técnicas e apoio na implementação de políticas públicas que fortalecem a educação municipal. Pessoalmente, posso dizer que fazer parte da Undime enriquece minha formação, seja por meio do compartilhamento de experiências com secretários de todo país ou por meio das capacitações, acesso a conteúdos atualizados e diálogo com gestores. Isso possibilita uma liderança mais estratégica e sensível às demandas locais e, consequentemente, gerando impactos positivos na qualidade da educação."

**Luiz Miguel Martins Garcia**  
DME de Sud Mennucci/SP  
Presidente da Undime São Paulo



"Por sua representatividade, penetração e qualificado desempenho, a Undime é um instrumento de fortalecimento da educação municipal. A oportunidade de participar da Undime, como Dirigente Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro, tem marcado positiva e proativamente a minha evolução como pessoa e como profissional da educação."

**Josevanda Franco**  
DME de Nossa Senhora do Socorro/SE  
Presidente da Undime Sergipe



"A Undime contribuiu efetivamente para o meu crescimento profissional, bem como para o desenvolvimento e fortalecimento das ações administrativas e pedagógicas da minha rede de ensino, auxiliando fortemente na garantia e defesa da educação pública com qualidade social. É uma instituição fundamental para o desenvolvimento da política pública educacional, zelando sempre pela garantia das aprendizagens de todas as crianças e estudantes do nosso país."

**Luiza Rodrigues de Souza Brasileiro**  
DME de Lajeado/TO  
Presidente da Undime Tocantins



Foto: Lab Mídia Filmes

# Educação Infantil ganha força e qualidade

O Brasil está vivendo um momento único na Educação Infantil que requer dos novos gestores municipais maior atenção para se apropriarem das mudanças que estão ocorrendo. Ao mesmo tempo que é motivo para celebrar a homologação de um documento - pela primeira vez com caráter mandatório - que define diretrizes para implementação dos parâmetros nacionais de qualidade e equidade da Educação Infantil em todo país, é preciso uma soma de esforços para o cumprimento dessas obrigações.

As Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil foram regulamentadas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE), por meio da Resolu-

ção CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, homologada pelo ministro da educação. Elas devem ser implementadas em todo o território nacional pela União, estados, municípios e Distrito Federal e pelas instituições educacionais públicas e privadas, comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares com fins lucrativos que ofertam a educação infantil.

As normas foram instituídas a partir dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil e suas revisões (2006, 2018, 2023) encaminhadas pelo Ministério da Educação (MEC) ao CNE em março de 2024. O aprimoramento dos parâmetros se deu por meio de um processo democrático de diálogo com vários interlocutores que culminou

em consulta pública à sociedade, que contou com o apoio de várias instituições, entre elas, a Undime.

Entre outras determinações, a Resolução CNE/CEB nº 1/2024 estabelece que os conselhos estaduais, distrital e municipais de educação precisam atualizar seus atos normativos regulamentando a implementação das Diretrizes. E cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações e oferecer a assistência necessária ao processo de implementação das Diretrizes.

De acordo com a coordenadora-geral de Educação Infantil da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, Rita Coelho, o ministério está organizan-



do uma proposta de gestão inter-federativa para a implementação do Compromisso Nacional com a Qualidade e a Equidade da Educação Infantil. “Abarcando vários parceiros, já estão previstas ações da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), em parceria com a Undime, Itaú Social, UNICEF, Ação Educativa, Movimento Interfóruns de Educação Infantil, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e de universidades”.

Segundo Rita Coelho, além destas parcerias, o Ministério da Educação firmará outras em busca do compromisso com a implementação da qualidade em creches e pré-escolas, além de rever, até o fim de 2025, os Indicadores Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Indique). “A nossa ideia é estar junto. O problema não é do município. O problema é da sociedade. Vários parceiros precisam apoiar. Nossa perspectiva é de colaboração e apoio técnico aos municípios em uma grande rede”, ressaltou.

A versão atualizada do documento traz uma abordagem que não existia nas versões anteriores relacionada à equidade, para crianças negras, quilombolas, indígenas, do campo, das águas e das florestas de maneira que seja possibilitado o acesso e permanência e se garanta o desenvolvimento pleno da criança em seus aspectos intelectual, cognitivo, social, emocional e comportamental, tanto na rede pública quanto na rede particular de ensino.

Para Beatriz Abuchaim, gerente de políticas públicas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, essa abordagem foi acertada, assim como a visibilidade que o documento dá às múltiplas infâncias brasileiras, bem como aos parâmetros de qualidade válidos para a totalidade

dos territórios urbanos e rurais - com as suas identidades e diversidades - e aqueles que consideram a realidade das crianças indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas.

Outra mudança no cenário da Educação Infantil foi a Lei 14.851/2024, que está em vigor. Essa legislação torna obrigatória a criação de mecanismos que permitam identificar, divulgar e atender a demanda por vagas na faixa etária de 0 a 3 anos. Os municípios e o Distrito Federal deverão realizar um levantamento anual da demanda de vagas, com o apoio da União e dos estados. E, a partir disso, planejar a expansão da oferta de vagas, por meio da cooperação federativa. Será preciso incluir, prioritariamente, as crianças de até três anos de idade do CadÚnico não matriculadas em creche, por meio da cooperação entre diversos setores da educação, assistência social, saúde e de organizações da sociedade civil estando em discussão a retomada de um fomento suplementar do MEC para estas matrículas.

O levantamento “Retrato da Educação Infantil no Brasil – Acesso e Disponibilidade de Vagas” evidenciou que quase metade (44%) dos municípios do país possuem crianças aguardando uma matrícula na creche. A maioria (9 em cada 10) por falta de vagas totalizando 632,7 mil registros de pedidos de vaga não atendidos para essa etapa. E ainda, mais de 78,2 mil crianças da pré-escola, sub etapa da educação infantil de matrícula obrigatória também não estão atendidas. A base de dados da pesquisa, bem como o relatório de análise estão disponíveis a todos os interessados e podem ser solicitados pelo Fala.Br. São duas demandas desafiadoras para toda sociedade na garantia do direito à

educação e desenvolvimento integral da criança. Dois desafios, portanto, que demandam esforços dos futuros prefeitos e dirigentes municipais de educação.

A pesquisa foi realizada pelo Gabinete de Articulação pela Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) e teve instituições — entre elas o MEC e a Undime — e organizações da sociedade civil como apoiadoras. O levantamento buscou reunir informações quanto ao acesso da população à Educação Infantil, a fim de subsidiar a formulação de um plano de ação para a garantia do direito à creche e à pré-escola em todo o Brasil, visando a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). Todos os 5.568 municípios e o Distrito Federal responderam à pesquisa, realizada no período de 18 de junho a 5 de agosto de 2024.

O MEC instituiu uma comissão técnica para tratar as informações sistematizadas no estudo. Segundo a pasta, o levantamento está alinhado ao apoio da União aos entes federados, no âmbito da cooperação prevista na Lei nº 14.851/2024.

## Os novos desafios da alfabetização

Uma série de medidas vêm sendo implementadas para recuperar as aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia de Covid-19. Criou-se uma atuação em rede para apoiar os municípios nessa etapa da vida escolar como foco na equidade e diminuição das desigualdades educacionais. O engajamento de todos é fundamental para o êxito das ações propostas, e a Undime tem participação ativa nestas ações.

Uma delas é a indicação de 26 representantes estaduais para integrarem a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa). A missão da Renalfa é liderar a implementação das ações de formação, gestão e acompanhamento dos processos

pedagógicos, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), lançado em 2023 pelo Ministério da Educação (MEC). O objetivo é que os representantes indicados pela Undime sejam articuladores das redes municipais.

A Rede foi instituída pela Portaria nº 1.774/2023 e, além de representantes da Undime em cada estado, é composta por representantes indicados pelas Secretarias Estaduais de Educação. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada foi estabelecido pelo Decreto Nº 11.556, de 12 de junho de 2023 e visa garantir que 100% das crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental e recompor as aprendizagens das que foram afetadas pela pandemia.

O CNCA estabelece, entre seus

princípios, a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, a colaboração entre os entes federativos e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios. “Essa política tem impacto em estados e municípios, como o aumento do acesso igualitário à educação de qualidade e a redução da evasão escolar e das desigualdades”, frisa a secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Schweickardt.

De acordo com a Undime, além de articulação nas redes municipais, a entidade se faz presente em diversas iniciativas do MEC, levando contribuições do ponto de vista dos dirigentes municipais de educação, para que, de fato, as políticas públicas tenham condições de ser



implementadas e executadas nos estados e municípios.

Por ocasião do lançamento do CNCA, a Undime participou da instalação do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Cenac) e da Renalfa. O ministro da Educação, Camilo Santana, deu posse aos membros do Cenac e destacou que a educação é direito constitucional e o engajamento de estados e municípios é essencial para garantir um Brasil alfabetizado.

Para determinar um parâmetro que considera uma criança realmente alfabetizada, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizou uma pesquisa para determinar o ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. O padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada foi estabelecido em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A partir dessa definição, foi possível a proposição de metas anuais para os entes federados, considerando os percentuais de estudantes que apresentaram desempenho igual ou superior ao do ponto de corte, até que atinjam a totalidade das crianças alfabetizadas em 2030.

Esse movimento pela alfabetização na idade certa tem contado com o apoio de diversas instituições

que atuam há anos em conjunto com diferentes setores da sociedade para apoiar a transformação da educação. É o caso do Instituto Natura que trabalha com a Fundação Lemann e a Associação Bem Comum, apoiando estados e municípios brasileiros no planejamento e implementação de políticas públicas robustas e bem estruturadas de alfabetização na idade certa.

“A força e união da Undime e dos municípios são essenciais para a continuidade das políticas de alfabetização que dão certo. Os municípios são pontos centrais para efetivação da alfabetização”, avalia o diretor-presidente do Instituto Natura para a América Latina, David Saad, que tem acompanhado as mudanças que estão ocorrendo nessa temática. Segundo ele, o engajamento dos prefeitos e secretários municipais é fundamental para que as políticas de alfabetização cheguem na sala de aula. “Precisa-se criar um senso de urgência pela alfabetização”, alerta.

Saad também considera que as políticas de alfabetização precisam ter um modelo sistêmico de intervenção com ações como formação de professores e gestores escolares, elaboração de materiais de indicadores e apropriação sobre os critérios da complementação Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) e do ICMS Educacional.

“

Precisa-se criar um senso de urgência pela alfabetização.”

David Saad



Foto: Agência Ophelia

## Um olhar para os anos finais do Ensino Fundamental

Conforme o Censo Escolar 2022, os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) concentram 10 milhões de matrículas na rede pública, aproximadamente, distribuídas em 47 mil escolas. 53% das matrículas estão na rede municipal e 47% na rede estadual.

Nas redes que disponibilizam Anos Finais, quase metade (49,2%) oferta formações uma vez a cada dois meses para docentes; 26,1% oferecem uma vez a cada seis meses para esses profissionais; e 6,8%, uma vez ao ano. As proporções são

semelhantes na oferta de formação para outros profissionais, como diretores escolares e coordenadores pedagógicos. Sendo que, 69,7% das redes respondentes recebem apoio das secretarias estaduais para a oferta dessas formações aos gestores e docentes. Os dados são da pesquisa “Percepções e Desafios dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas redes municipais de ensino”, realizada de maneira inédita pelo Itaú Social e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Divulgada em agosto de 2023, a pesquisa confir-

ma que a formação continuada dos professores é um dos principais desafios das secretarias municipais de Educação.

O objetivo do estudo foi compreender os principais desafios que enfrentam as redes municipais de ensino na oferta e gestão desta etapa escolar e identificar oportunidades de ações que possam ser empreendidas para superar esses desafios.

A superintendente do Itaú Social, Patricia Mota Guedes, assinala que a transição para os Anos Finais é marcada por transformações significativas, como novas disciplinas e



múltiplos professores ou mudança de escola ou de rede de ensino, o que requer professores bem preparados. Segundo ela, a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Profissionais do Magistério e a revisão do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para as Licenciaturas são avanços importantes para aprimorar a formação docente. “No entanto, é essencial que essas ações sejam acompanhadas de apoio efetivo para sua implementação. O caminho é longo para garantirmos uma educação de qualidade, sobretudo nos Anos Finais. É inegociável que a valorização dos professores esteja sempre no cerne de toda discussão”, aponta.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros, entre eles o Itaú Social, possuem uma iniciativa voltada para o enfrentamento da cultura do fracasso escolar. É a estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar. O site trajetoriaescolar.org.br disponibiliza um conjunto de dados a partir do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com diferentes recortes. E, também, cadernos e materiais com recomendações para que as redes de ensino desenvolvam políticas educacionais para a superação desses desafios.

O Ministério da Educação (MEC) lançou, em junho de 2024, o Programa Escola das Adolescências. A iniciativa busca a melhoria contínua da oferta educativa para essa etapa e reúne estratégias que valorizam o desenvolvimento dos estudantes com apoio técnico, por meio da publicação de guias de implemen-

tação voltados aos secretários de educação, equipes técnicas, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, entre outras iniciativas.

Dentre os desafios enfrentados nos Anos Finais, os guias destacam: “a responsabilidade compartilhada entre estados e municípios, o pouco conhecimento sobre as necessidades e especificidades dos(as) adolescentes, a defasagem e desigualdade nos resultados de aprendizagem, além de questões como formação docente, alocação de matrículas e organização de uma transição eficaz e acolhedora entre os Anos Iniciais e Finais e para o Ensino Médio”.

Para a implementação nos estados e municípios, o programa conta com a Rede Nacional de Articuladores do Programa Escola das Adolescências (Renapea). O foco é fortalecer o regime de colaboração e oferecer insumos para as lideranças implementarem o programa. A Rede é formada por 54 técnicos: dois de cada unidade federativa, um indicado pela Undime e outro pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

A coordenadora-geral de Ensino Fundamental da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do MEC, Tereza Santos Farias, reforça a necessidade de fortalecer o regime de colaboração e instituir políticas que ofereçam suporte técnico e financeiro para melhorar a qualidade social da oferta educativa dos anos finais. “É de fundamental importância que os novos gestores dimensionem adequadamente a responsabilidade para com a melhoria contínua desta etapa de

ensino e envidem esforços para a implementação do Programa Escola das Adolescências, bem como para a construção de iniciativas locais, com políticas municipais de anos finais”, ressalta.

“  
É inegociável  
que a valorização  
dos professores  
esteja sempre  
no cerne de toda  
discussão.”

Patrícia Mota Guedes

# Educação em tempo integral

Um passo essencial para o desenvolvimento holístico e o futuro das novas gerações



Uma das propostas de aprimoramento da Educação Básica que tem se destacado nos últimos anos é a educação em tempo integral, prevista em diversos dispositivos legais. A Undime está acompanhando cada passo da implementação dessa política pública, não somente com a ponderação de aspectos que precisam ser observados, como, também, com o fomento de debates e orientações que auxiliem os dirigentes municipais de educação em todo o Brasil.

A Undime reconhece a importância da educação integral para o pleno desenvolvimento de indivíduos em múltiplos aspectos, sejam de ordem cognitiva, física, emocional, social, cultural e política. No mun-

do globalizado e em constantes mudanças, essa educação tem se tornado cada vez mais necessária, pois busca preparar os estudantes para encarar diferentes desafios e proporcionar um desenvolvimento holístico que inclua conteúdo acadêmico e habilidades socioemocionais, por exemplo.

A efetividade da educação integral pressupõe, além de ampliação da jornada escolar, ações de assistência técnica com foco em equidade e qualidade, investimentos em estrutura adequada, profissionais qualificados, entre outras ações. Esses e outros pontos vêm sendo reforçados pela Undime nos espaços de construção dessa política pública.





O tema ganhou ainda mais destaque com o Programa Escola em Tempo Integral (ETI), instituído por meio da Lei nº 14.640/2023. Desde então, o Governo Federal vem adotando uma série de medidas junto a redes estaduais e municipais, para aumentar a oferta de vagas em tempo integral em todas as etapas da educação básica. O objetivo é atingir o patamar de 3,2 milhões de novas matrículas em tempo integral até 2026.

As ações do programa começaram em 2023, com repasses financeiros da União a estados e municípios com o primeiro ciclo de adesão e pactuação à iniciativa. Em 2024, foi iniciado o segundo ciclo, bem como as prestações de contas dos recursos recebidos. “Sugerimos que todos os dirigentes municipais

de educação acompanhem a finalização do processo de pactuação de matrículas de seus municípios, via SI-MEC”, reforça a coordenadora-geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC), Raquel Franzim.

### Monitoramento e avaliação

A lei que criou o Programa ETI prevê a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação da sua implementação. É o caso do Comitê Nacional do Programa Escola em Tempo Integral (Conapeti) e da Rede Nacional de Articuladores Territoriais da Educação Integral (Renapeti).

O Conapeti realiza a governança sistêmica dos esforços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal na implementação das estratégias e ações. A Undime faz parte do comitê com outras instituições. A Renapeti assessora tecnicamente as secretarias de educação no planejamento, na implementação, no monitoramento e no aprimoramento contínuo da política de educação integral em tempo integral, entre outras competências.

### Normatização

Tramita no Conselho Nacional de Educação (CNE) o documento com subsídios para a elaboração de diretrizes da educação em tempo integral, o qual foi encaminhado pelo MEC, em abril de 2024. Os subsídios foram elaborados de acordo com a Lei nº 14.640/2023 e atos normativos correlatos da Pasta. De acordo com a secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Schweickardt, o documento foi construído a partir de cinco encontros realizados em todas as regiões do país, em 2023. “As discussões foram consolidadas com apoio de pesquisadores focados nas diferentes etapas de ensino em que é implementada a Educação Integral em Tempo Integral”, ressalta a secretária, acrescentando que o trabalho também consolidou as contribuições de diferentes áreas do MEC e outros ministérios.

A presidente da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, informa que foi instituída uma comissão para tratar da elaboração de diretrizes da educação integral em tempo integral e que em 2025 serão realiza-

das audiências públicas e consultas à sociedade com o objetivo de ampliar o debate em torno do tema, além da participação de especialistas que irão avaliar os documentos que o CNE estará construindo. “A elaboração de diretrizes é fundamental, porque a educação e a escola de educação integral, não podem se caracterizar somente como mais do mesmo, ou como mais das mesmas aulas em tempo ampliado. Então, é preciso elaborar diretrizes para que a escola se organize de uma maneira mais coerente com a concepção de formação integral”.

“

**A elaboração de diretrizes é fundamental, porque a educação e a escola de educação integral, não podem se caracterizar somente como mais do mesmo”.**

Pilar Lacerda





## Educação em Tempo Integral

Essa modalidade de ensino está prevista no artigo 205 da Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Nº 9.394/1996) traz a perspectiva da educação integral na Educação Infantil (Art. 29); no Ensino Fundamental (§ 2º Art. 34); e no Ensino Médio (§ 7º Art. 35-A).

O Plano Nacional de Educação (PNE), na Meta 6, determina que deve-se "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica". E a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também aborda a formação global dos estudantes e as competências gerais.

## Equidade racial na educação

O Ministério da Educação (MEC) lançou protocolos de prevenção e combate ao racismo em todas as etapas da educação básica e superior no Brasil. Essa é uma das iniciativas que integram a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), que busca promover um ambiente escolar mais inclusivo, seguro e equitativo.

A PNEERQ, instituída pela Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024, é um marco no enfrentamento ao racismo no âmbito educacional. Com previsão de investimento de R\$ 2 bilhões até 2027, a política pretende beneficiar os 5.569 municípios. Em 2024, as secretarias de educação formalizaram adesão ao programa via o Sistema Integrado de Monitora-

mento, Execução e Controle do MEC (Simec), assinando um Termo de Adesão que reafirma o compromisso com a inclusão e equidade racial.

Dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) apontam que 4.813 secretarias municipais aderiram à PNEERQ, representando 86,5% do total. No âmbito estadual, todas as 27 secretarias confirmaram participação, alcançando 100% de adesão. Entretanto, ainda há desafios: 757 secretarias municipais não aderiram, o que demonstra a necessidade de ampliar esforços para garantir que as ações antirracistas sejam efetivamente implementadas em todo o país.

Ainda de acordo com a Secadi, o acompanhamento da implementação das medidas conta com apoio

de 1.533 bolsistas selecionados para fortalecer e articular as redes de ensino. Desses, 1.271 já iniciaram as atividades, contribuindo para o fortalecimento da PNEERQ em suas respectivas redes de ensino. O trabalho visa assegurar que as metas estabelecidas sejam alcançadas, promovendo a equidade racial no ambiente educacional.

### A prática nas redes municipais de ensino

Outro foco da PNEERQ é a implementação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas. Um estudo do Instituto Alana



e do Geledés – Instituto da Mulher Negra, com apoio da Undime, Un-cme e Imaginable Futures, revelou que 71% das secretarias municipais ainda não aplicam a lei de modo consistente. Entre as redes pesquisadas, 18% não realizam ações, 53% têm iniciativas pouco estruturadas e apenas 29% contam com práticas consolidadas.

A pesquisa, lançada em abril de 2023, revelou, ainda, como e se foram construídas condições para combater o racismo estrutural, quais os passos percorridos, as lacunas existentes e os desafios que compõem o cenário da implementação da Lei nas redes municipais de ensino.

A análise mostrou que gestores municipais sentem falta de apoio de estados e do governo federal para o cumprimento da Lei 10.639/03. Isto não só na forma de ações diretas, mas também por meio de cooperação técnica e financeira, para que as bases estabelecidas pela lei não sejam apenas consideradas em datas comemorativas, como o mês ou semana do Dia da Consciência Negra, mas sim de modo constante, integradas ao ensino como um todo.

Em novembro de 2024, o MEC divulgou os resultados de um levantamento desenvolvido como parte da PNEERQ, que avalia a implementação da educação para as relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola no país, a partir dos dados compilados pelo Diagnóstico Equidade, questionário respondido por prefeitos ou secretários de educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Na avaliação da vice-presidente de Equidade Racial da Fundação Lemann, Alessandra Benedito, a política está bem estruturada do

ponto de vista técnico e passa pelas principais prioridades da Educação das Relações Étnico-Raciais, ressaltando a importância da implementação da Lei nº 10.639, a partir do diagnóstico e monitoramento já iniciado. "É importante reforçar que ter este diagnóstico realizado periodicamente, de maneira institucionalizada e com dados transparentes, é uma grande conquista. Antes disso tínhamos iniciativas importantes de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639, mas partindo do MEC traz mais legitimidade e abre caminho para a perenidade da política".

Para Beatriz Benedito, analista de Políticas Públicas do Instituto Alana, o que os dados das pesquisas evidenciam é que a educação para relações étnico-raciais é uma forte ferramenta para o enfrentamento às desigualdades educacionais. "Para além das alterações curriculares, que são muito importantes, a Lei 10.639/03 nos permite avançar na discussão sobre abandono escolar, analfabetismo, condições de infraestrutura, ou ainda, em temas relacionados à emergência climática".

## Desigualdades no acesso à tecnologia

Uma pesquisa do Núcleo de Estudos Raciais (NERI) do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), com apoio da Fundação Telefônica Vivo, revelou disparidades no acesso à tecnologia. Em 2023, 57% dos estudantes brancos tinham acesso à tecnologia nas escolas, enquanto que entre pretos e pardos os índices eram 50% e 49%. Além disso, as desigualdades são maiores entre redes pública e privada e em regiões do país.

No Sul, por exemplo, estudantes brancos da rede privada tiveram acesso 24% superior ao de pretos da rede pública do Nordeste. Dentro das redes públicas, no Nordeste, alunos brancos registraram acesso 5% superior ao de pretos. Para Catherine Rojas Merchan, gerente de Estudos e Coalizões da Fundação Telefônica Vivo, "os resultados reforçam a necessidade de priorizar políticas para reduzir disparidades e ampliar o acesso à tecnologia, criando um ambiente mais justo e inclusivo".

*\*Essa reportagem foi fechada em dezembro de 2024.*



## EJA garante cidadania para jovens e adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade destinada a quem não teve acesso ou condições de concluir seus estudos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4º, determina que estados e municípios devem ofertar essa modalidade, garantindo uma educação que atenda às necessidades dos estudantes, além de assegurar a permanência para trabalhadores. A continuidade da EJA é uma obrigação pública para que jovens e adultos possam avançar no aprendizado e exercer plenamente a cidadania.

Em junho de 2024, o ministro da Educação, Camilo Santana, assinou o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA. Com R\$ 4 bilhões em investimento ao longo de quatro anos, o Pacto prevê 3,3 milhões de matrículas, incluindo EJA integrada à educação profissional.

A diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Claudia Borges Costa, explica que o Pacto foi desenhado com a participação de representantes de estados e municípios, movimentos sociais e entidades científicas de forma colaborativa. "Essa política estimula a ação intersetorial articulando diferentes atores com vistas a fortalecer a política de educação de jovens e adultos tanto na perspectiva de lidar com os altos índices de analfabetismo com os quais o país convive quanto na elevação da escolaridade das pessoas com 15 anos ou mais".

Segundo Heli Sabino Oliveira, coordenador do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Pacto é visto de maneira positiva para todos do Núcleo, considerando que a EJA tem sido negligenciada nas políticas públicas. "Nos últimos nove anos, não tivemos uma política nacional coordenada para essa modalidade", lembra.

Para ele, a EJA é uma dívida social do Estado com aqueles que não se alfabetizaram na idade prevista e tem "cor e geografia". O Censo de

2022 demonstra que a maioria dos brasileiros fora da escola é das regiões Norte e Nordeste do país. No Nordeste, o índice de analfabetos é de 14,2%, enquanto no Norte é de 6,4%. Entre pretos e pardos, o índice de analfabetismo é de 10,1% e 8,8%, comparado a 4,3% entre brancos.

O Pacto envolve colaboração entre ministérios e organizações civis, como os Fóruns EJA, a Undime e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), adaptando políticas às realidades locais. O Cadastro da EJA (CadEJA), em desenvolvimento pelo governo federal, reunirá dados da população não alfabetizada, facilitando a oferta de vagas conforme a demanda regional. Também serão implementadas estratégias de busca ativa, com campanhas e ações comunitárias para atrair quem abandonou os estudos.

O Pacto prevê, ainda, salas de acolhimento para filhos de estudantes da EJA, em parceria com a Secretaria Nacional do Cuidado, permitindo que pais e responsáveis estudem enquanto seus filhos são cuidados, o que contribui para a permanência escolar.

"Superar o analfabetismo de jovens, adultos e idosos; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrícula da EJA no Sistema Público de Ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e ampliar a oferta da EJA integrada à Educação Profissional são objetivos dessa política", complementa Claudia.

O Pacto da EJA visa transformar a educação, garantir acesso a ela e à qualificação profissional, melhorando índices educacionais e impactando vidas. A EJA se consolida como uma ferramenta de inclusão, promovendo dignidade e esperança a milhões de brasileiros que buscam melhores oportunidades por meio da educação.



# Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, direito de todas e todos!

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 define a educação especial como modalidade transversal em todas as etapas de ensino, assegurando apoio a estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) ou altas habilidades/superdotação. Embora a LDB não mencione o TEA, essa condição substitui, na prática, o conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) mencionado na Lei.

O Parecer 50/2023 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das “Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, foi alvo de críticas ao sugerir que práticas de saúde fossem transferidas para o contexto educacional. Em 2024, após debates, o texto foi reanalisado, passou por mudanças e foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC), em 13 de novembro.

A Undime como instituição que

representa os dirigentes municipais de educação colaborou com esse processo. A instituição integra a Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (CNEEPEI) e enviou contribuições à Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação, em relação às duas versões do texto. Com referência ao parecer homologado, entre outros pontos, para a Undime as alterações pertinentes à visão do contexto escolar colocam o aluno e o professor no papel de protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, contando com o suporte das famílias e equipes multidisciplinares, quando convocadas a colaborar.

Para reverter limitações de investimento em formação e infraestrutura que impedem a implementação plena da educação especial na perspectiva inclusiva, resultando em escolas sem os recursos adequados para promover a inclusão, em novembro de 2023, o MEC anunciou o Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial (PNEEPEI), com investimento de mais de R\$ 3 bilhões até 2026. O plano visa aumentar o número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), formar professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolver materiais aces-

síveis e garantir apoio financeiro a estados e municípios na construção de espaços acessíveis e na oferta de transporte adequado.

Entre as ações do Plano está a de regulamentar o trabalho de profissionais de apoio escolar. Nesse sentido, em julho de 2024, o MEC criou um Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir o estabelecimento de Diretrizes Nacionais para o Profissional de Apoio Escolar, o qual a Undime integra, contribuindo com as discussões. Para Alexandre Mapurunga, diretor de Políticas de Educação Especial da Secadi, “a falta de clareza sobre o apoio escolar gera uma lacuna no direito ao atendimento necessário”.

Mapurunga defende que a educação inclusiva deve valorizar a diversidade e o potencial de cada aluno. “Todas as crianças podem aprender melhor em escolas comuns, com recursos e abordagens adequadas”. Pensando nisso, o MEC lançou em 2024 o curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que, em parceria com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), visa desenvolver a formação de professores da Educação Básica, com o intuito de qualificar as práticas pedagógicas para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. O desenho pedagógico da formação contou com a participação de especialistas e

da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O curso será executado em parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior, que fazem parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo ofertado na modalidade a distância do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Capes, com carga horária de 120 horas, distribuídas entre quatro módulos: Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva; Desenvolvimento Humano, Ensino e Aprendizagem na Perspectiva da Educação Inclusiva; Currículo, Tecnologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas; e Práticas, Recursos e Materiais Pedagógicos Inclusivos na Escola.

De acordo com o MEC, os eixos, os conteúdos pedagógicos propostos e a bibliografia abordados pelo curso estão em conformidade com os marcos legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, assim como com as pesquisas e os estudos científicos que orientam a inclusão do público da educação especial em escolas regulares. Inicialmente foram ofertadas 250 mil vagas e as aulas terão início em março de 2025.

Curso Educação Especial na Perspectiva Inclusiva  
Aponte o seu celular para o QR Code e saiba mais



# { Fun deb }

## Nova forma de distribuição de recursos para combater desigualdades

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2006 e transformado em política permanente em 2020, é composto por 26 fundos estaduais e pelo do Distrito Federal. Ele redistribui recursos para financiar a educação básica, abrangendo desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e modalidades como indígena, campo e quilombola, educação em tempo integral, educação especial e ensino profissionalizante.

Além de impostos e transferências, o Fundeb conta com complementação da União para estados e municípios que não atingem o valor mínimo por aluno ou que conseguem evoluir seus indicadores de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, após cumprirem condicionalidades estabelecidas em lei.

A complementação da União, que era de 12% em 2021, deve alcançar 23% até 2026. De acordo com a Portaria Interministerial MEC/MF nº 13/2024, de 23 de dezembro de 2024, que estabeleceu novas estimativas das complementações da União ao Fundeb para o ano de 2024, o valor total da complementação da União ao fundo teve um acréscimo de R\$ 1 bilhão, passando de R\$ 47,8 bilhões para R\$ 48,8 bilhões.

A Portaria atualizou o Valor Anual Mínimo por Aluno (VAAF-MIN) para R\$ 5.648,91, e o Valor Anual Total por Aluno (VAAT-MIN) para R\$ 8.510,81 para vigência ao exercício de 2024. A atualização dos valores está em conformidade com a Lei de Regulamentação do Novo Fundeb, que determina a revisão das estimativas das receitas vinculadas ao fundo a cada quatro meses. O objetivo é manter os valores atualizados e garantir a equidade na

distribuição dos recursos entre os entes federativos, além de otimizar a aplicação dos recursos da educação.

A distribuição dos recursos do Fundeb é feita com base no número de matrículas na educação básica pública, tomando por base o Censo Escolar do ano anterior. Esse cálculo pondera a etapa, a modalidade e o tipo de estabelecimento de ensino. A definição das ponderações relacionadas às matrículas é realizada anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF), da qual a Undime faz parte. A Resolução Nº 5/2024 definiu os fatores de ponderação para as etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica para o Fundeb em 2025.

A educação indígena e quilombola terá adicional de 40%; a educação do campo acréscimo de 15%;



e educação integral e especial terão ponderações que refletem a complexidade das redes de ensino. Apesar dos avanços, o presidente da Undime, Alessio Costa Lima, diz que resente a ausência de um instrumento técnico que balize os percentuais de ponderação referentes a cada etapa, de forma adequada. Neste sentido, disse que tem reiterado a solicitação ao MEC e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para que encontrem uma forma de calcular o Custo Aluno Qualidade (CAQ). "Há anos a Undime vem fazendo a defesa do Custo Aluno Qualidade aqui no nosso país, com outras instituições como a Fineduca, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Mieib, entre tantas outras que militam pelo direito à Educação. Via de regra, as políticas não tomam como referência parâmetros técnicos de financiamento adequado e a gente sabe que esse mecanismo do CAQ é importante e necessário, tanto para a questão do financiamento no âmbito do Fundeb, como também é importante para todas as outras políticas. Essa é uma luta antiga", disse.

A complementação da União ao Fundeb abrange três modalidades: Valor Anual por Aluno (VAAF), Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e Valor Anual por Aluno decorrente da complementação VAAR (VAAR). A complementação-VAAR tem por objetivo induzir e reconhecer resultados de redução de desigualdades educacionais entre diferentes grupos raciais e socioeconômicos. Nesse sentido, a CIF publica todo ano normativas com as metodologias de verificação das condicionalidades e de cálculo dos indicadores. Estão aptos a receber essa complementação os entes federados que cumprirem as condicionalidades previstas, apresentarem melhoria nos indicadores de atendi-

mento e de aprendizagem, considerando a redução das desigualdades. Ao todo, são cinco condicionalidades: I - voltada para fortalecer a gestão democrática; II - percentual de participação dos estudantes nos exames do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); III - redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames do Saeb; IV - relacionada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e V - referente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao longo de 2024, a Undime realizou cinco Fóruns Regionais como forma de descentralizar os debates e estar mais perto dos municípios, em busca de proporcionar um ambiente aberto para o diálogo e o compartilhamento de experiências. O Ministério da Educação e o Inep estiveram presentes e dialogaram com os dirigentes e técnicos a partir do tema "Gestão democrática, redução das desigualdades educacionais e o VAAR". Valdoir Pedro Wathier, diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do MEC participou de todos os fóruns e comandou oficinas que abordaram a contextualização da complementação VAAR na prática junto aos participantes.

No último evento, o do Centro-Oeste, em outubro, Wathier lembrou que o VAAR tem como foco a redução de desigualdades educacionais e, por isso, é necessário a rede atender a todas as condicionalidades e apresentar melhoria nos indicadores para então ser habilitada a receber a complementação. Segundo ele, o compromisso do MEC está no aprimoramento progressivo das metodologias, conferindo mais simplicidade, clareza e transparência; no aprimoramento dos cronogramas, para garantir previsibilidade e dili-

gência; e o foco no essencial: melhoria do atendimento e da aprendizagem, com redução de desigualdades.

## Fundeb ultrapassará R\$325 bilhões em 2025

Os Ministérios da Educação e da Fazenda publicaram, em 31 de dezembro, a Portaria Interministerial nº 14/2024, com as estimativas do Fundeb para 2025. O fundo somará R\$ 325,5 bilhões este ano, um aumento de R\$ 19,8 bilhões em relação a 2024, o que representa 6,48% de acréscimo no financiamento da educação básica. O VAAF-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2025 no âmbito do Fundeb, fica estabelecido em R\$ 5.447,98. Já o VAAT-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2025, fica estabelecido em R\$ 8.006,05. As estimativas publicadas na Portaria nº 14/2024 serão atualizadas a cada quatro meses, conforme determina a lei que regulamenta o novo Fundeb.

## BUSCA ATIVA ESCOLAR



Foto: Marina Domar, UNICEF BRZ

## Inclusão educacional: as contribuições da estratégia Busca Ativa Escolar para a garantia do direito à educação

Há décadas, a exclusão escolar reforça a violação do direito à educação no Brasil, afetando a vida de centenas de milhares de crianças e adolescentes.

Para enfrentar esse problema, em 2017, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Undime, lançaram a Estratégia Busca Ativa Escolar (BAE).

Trata-se de uma estratégia composta por uma metodologia social e uma plataforma digital, oferecidas gratuitamente a estados e municípios. Por meio da metodologia, os entes federados são orientados a implementar medidas de combate à exclusão escolar baseadas na in-

tersectorialidade e no regime de colaboração. Já a plataforma, auxilia nos processos de identificação, registro, inclusão nas políticas públicas de apoio a pessoas vulneráveis, (re)inserção e acompanhamento de estudantes que estejam fora da escola ou em risco de evasão. Além de fomentar a intersectorialidade entre as diferentes áreas de gestão dos municípios e estados (educação, saúde, assistência social, cultura, esportes, etc.) e o regime de colaboração entre União, estados e municípios, a Busca Ativa Escolar atua no sentido de fortalecer a atuação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), previsto no Estatuto

da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de estabelecer uma rede de apoio ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

O presidente da Undime, Alessio Costa Lima, destaca que a parceria bem-sucedida entre a instituição e o UNICEF para a implementação da Busca Ativa Escolar tem se tornando cada vez mais reconhecida, não apenas entre as redes de educação, saúde e assistência social, mas também por órgãos de controle, como os tribunais de contas dos estados e da União, além do próprio Ministério Público. "Por meio do trabalho desenvolvido com a Busca Ativa Escolar, conseguimos mapear individualmente se uma



criança ou adolescente está fora da escola, identificar os motivos dessa situação e analisar o que os municípios, em suas diversas áreas, podem fazer para garantir o retorno ou a inserção desse estudante no ambiente escolar”.

Daniella Rocha, Oficial de Educação do UNICEF e membro da coordenação nacional da Busca Ativa Escolar, aponta que a estratégia ajuda a combater outros fatores de exclusão. “A metodologia abrange causas que vão além dos muros da escola, como trabalho infantil, falta de documentação e violência familiar”, explica. Ao abordar as dimensões que impactam na permanência das crianças na escola, a Busca Ativa Escolar fortalece a proteção de direitos, contribuindo para um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

## A exclusão escolar no Brasil

Em 2023, segundo a Pnad Contínua, a exclusão escolar atingiu cerca de 1,3 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos no Brasil. Ainda, segundo dados do Censo Escolar 2023, cerca de 453 mil estudantes abandonaram a escola, 4,3 milhões estavam em situação de distorção idade-série e 1,3 milhão foram reprovados. Por trás desses números, está a naturalização do fracasso escolar, que pode levar à exclusão escolar, demonstrando o quanto os dois fenômenos estão interligados e impactam no direito de acesso, permanência e de aprendizagem de crianças e adolescentes.

## Sobre a metodologia

A metodologia exige que cada órgão público e profissional que atua na gestão pública assuma uma função específica no processo. Desde a identificação de crianças que estão fora da escola até a tomada de me-

didadas para garantir sua matrícula e permanência, os dados são concentrados na plataforma digital. “A metodologia é o carro-chefe da estratégia”, explica Daniella. “Ela auxilia estados e municípios a entenderem da melhor forma como a exclusão escolar afeta as crianças e adolescentes”, cita.

## Sobre a plataforma digital

A plataforma é acessível em dispositivos como computadores, tablets e celulares, facilitando o registro de alertas e o acompanhamento dos casos de crianças e adolescentes que estejam fora da escola ou em risco de evasão. Para quem não tem acesso aos dispositivos, há formulários impressos. As equipes locais usam um sistema seguro, disponibilizado pelo UNICEF e pela Undime, no qual cada coordenador operacional cadastra sua equipe para atuar em etapas como alerta e pesquisa. Para celulares e tablets, os aplicativos estão disponíveis na Play Store e App Store. Importante dizer que a plataforma funciona em modo on-line e offline para facilitar o trabalho em áreas onde não há cobertura de internet.

## Sobre a adesão

Em 17/12/2024, 21 estados (incluindo o Distrito Federal) e 3.593 municípios haviam aderido à estratégia. No caso dos estados, a cobertura está em aproximadamente 78% e, no caso dos municípios, em 65%, sendo a maioria das adesões nas regiões Norte e Nordeste, áreas de maior vulnerabilidade social.

## Sobre os resultados

Desde 2017, a Busca Ativa Escolar gera resultados expressivos. Até 17/12/2024, mais de 500 mil casos constavam na plataforma e 299.576 crianças e adolescentes haviam sido (re)matriculados. Estima-se que a Busca Ativa Escolar auxiliou a reduzir as taxas de abandono escolar entre 12% e 16,7% nos anos iniciais do ensino fundamental e entre 3,7% e 10,9% nos anos finais. “A estratégia tem contribuído para mudar a cultura de naturalização da exclusão escolar”, destaca Daniella. Segundo ela, o diferencial é “fortalecer a intersetorialidade entre políticas públicas, pois as causas da exclusão escolar são multidimensionais”.

## 2025

Em 2025, ao iniciar um novo ciclo nas gestões municipais a Busca Ativa Escolar deverá ser repactuada como uma estratégia prioritária para continuidade nos próximos quatro anos das novas administrações. Portanto, para esse ciclo que se inicia, é necessário que os prefeitos, sejam eles novos ou reeleitos, façam a readesão à estratégia e recomponham a equipe que irá atuar no município. Todo o histórico dos dados de usuários, alertas e casos fica salvaguardado e assim que a readesão for feita, a equipe, dentro das suas funções e permissões usuais, poderá acessar as informações novamente e dar continuidade ao trabalho.

Para mais informações acesse [buscaativaescolar.org.br](https://buscaativaescolar.org.br)



# Ferramenta para a gestão de redes municipais de ensino

Laçado em 2013, pela Undime, em parceria com 11 instituições, o Conviva Educação é uma plataforma on-line gratuita que apoia a gestão educacional nas redes municipais de ensino. Ao longo dos anos, o Conviva se consolidou como uma ferramenta essencial para gestores públicos educacionais, oferecendo um ambiente seguro e completo com acesso a informações, conteúdos, formações, documentos e videoconferências.

Com mais de uma década de existência, a plataforma se aprimorou para continuar relevante e eficiente. Atualmente, ela atende 4.755 municípios de todas as regiões do Brasil e possui mais de 45.136 usuários ativos entre os 114.964 cadastrados, desde o lançamento. Seu propósito é garantir a disseminação de informações atualizadas e seguras, promover o compartilhamento de boas práticas entre os municípios, além de oferecer suporte para as secretarias municipais de educação na gestão de suas atividades.

Para se cadastrar na plataforma, o usuário precisa estar vinculado a uma Secretaria Municipal de Educação ou escola pública municipal. O acesso ao Conviva é aprovado pelo Dirigente Municipal de Educação da respectiva Secretaria, o que assegura o controle e a segurança dos dados disponíveis na plataforma, em conformidade com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e a proteção de todas as informações.

O Conviva oferece conteúdos organizados em 12 áreas temáticas, que abrangem uma diversidade de assuntos, como alimentação e transporte escolar e gestão pedagógica. Esse formato categorizado facilita a consulta e o uso de materiais relevantes para a operação e o planejamento nas secretarias municipais de educação. Além de conteúdos, a plataforma disponibiliza uma série de ferramentas que apoiam as rotinas da gestão educacional.

Outro destaque é o Memorial de Gestão, uma ferramenta de registro

das ações realizadas pela Secretaria durante os quatro anos de mandato. Essa ferramenta permite um processo de transição mais transparente e organizado na troca de gestão, preservando as iniciativas de planejamento e garantindo a continuidade dos trabalhos.

A plataforma se destaca pela oferta de dados atualizados, com uma seção chamada “Fique Atento”, com notícias diárias sobre temas importantes para a gestão educacional. Já a Galeria de Vídeos permite o acesso a diversos conteúdos, além de uma variedade de cursos autoinstrucionais na seção Cursos. Essas três áreas são abertas a qualquer pessoa, mesmo sem cadastro, tornando o Conviva uma referência para quem deseja se informar sobre políticas públicas educacionais.

O Conviva também realiza videoconferências, em que mais de 72 mil inscritos no YouTube acompanham discussões e atualizações sobre temas fundamentais para a educação. Esse canal é uma das formas pelas



quais o Conviva promove a formação contínua e a troca de experiências entre os gestores educacionais.

Além das ferramentas e dos conteúdos, o Conviva promove Ações de Reconhecimento, uma iniciativa que valoriza as secretarias municipais de educação ao incentivar a organização e o uso efetivo dos dados educacionais por meio da plataforma. A iniciativa estimula a melhoria contínua na infraestrutura escolar e nas condições de trabalho, refletindo positivamente no aprendiza-

do dos estudantes e nas práticas de gestão.

O sucesso do Conviva Educação é apoiado por parceiros estratégicos como Porticus, Itaú Social, Instituto Votorantim, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Lemann, com parceiros de mídia como a Fundação Roberto Marinho e o Canal Futura.

*\*Essa reportagem foi fechada em dezembro de 2024.*

Para conhecer mais sobre essa ferramenta essencial, acesse [convivaeducacao.org.br](http://convivaeducacao.org.br) e acompanhe o perfil [@convivaeducacao](https://www.instagram.com/convivaeducacao) no Instagram.

Venha conosco fazer uma gestão ainda melhor!

# O futuro passa pelo desenvolvimento socioemocional na escola

Viviane Senna\*

Transformações tecnológicas, mudanças climáticas e novas profissões. Essas são apenas algumas das transformações que vivenciamos no século 21, e que crianças e jovens terão que enfrentar daqui para frente. Neste mundo tão dinâmico, a educação precisa ser urgentemente repensada, tanto nas práticas pedagógicas quanto no currículo, para formar cidadãos críticos, flexíveis e resilientes, capazes de navegar para além do domínio dos conteúdos das áreas do conhecimento. É justamente nesse contexto que se destaca a importância das chamadas competências socioemocionais: elas são características que se manifestam nos modos de pensar e sentir, nos comportamentos dos indivíduos,

na relação consigo mesmo e com os outros, no estabelecimento de objetivos, tomada de decisões e enfrentamento de situações adversas. Habilidades como criatividade, resiliência, tolerância e trabalho em equipe, serão cada vez mais necessárias para os desafios presentes e futuros. As evidências científicas também nos mostram que essas competências se relacionam com o bem-estar e a saúde mental dos estudantes, além de mitigar os efeitos negativos da violência escolar e bullying. Elas também funcionam como grandes alavancas, principalmente as habilidades foco, determinação e persistência, no desempenho escolar. A ciência nos traz ótimas notícias sobre a forma como essas habilidades se desenvolvem e se fortalecem, pois, por não serem inatas, podem ser desenvolvidas na escola de forma intencional e estruturada, com potencial para gerar grandes benefícios ao estudante e a toda a sociedade. Um exemplo de uma política pautada por um trabalho competente e comprometido com as competências socioemocionais pode ser observado em Sobral, no Ceará, cuja rede de ensino adotou, desde 2018, a solução Diálogos Socioemocionais, idealizada e sistematizada pelo Instituto Ayrton

Senna, como estratégia para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A implementação da solução veio complementar os excelentes índices educacionais do município e auxiliar com questões complexas enfrentadas por muitas redes, como violência e saúde mental dos estudantes. Hoje, Sobral começa a colher frutos positivos para a vida dos estudantes e toda a sociedade.

Por meio de uma educação comprometida com o desenvolvimento de todo o potencial do estudante, incluindo suas competências socioemocionais, podemos criar uma sociedade mais justa e desenvolvida para todos.



Viviane Senna  
Presidente do Instituto  
Ayrton Senna



Foto: Aurélio Alves

Foto: Aurélio Alves

Cada área de gestão do Conviva disponibiliza um conjunto exclusivo de ferramentas interconectadas. Os dados inseridos nessas ferramentas são automaticamente integrados ao Memorial, facilitando o acesso e organização das informações. Por isso, manter o preenchimento das ferramentas atualizado é essencial para simplificar a elaboração do Memorial de Gestão, tornando o processo mais ágil e eficiente.



## É novo no Conviva?

Acesse [convivaeducacao.org.br](http://convivaeducacao.org.br), clique em "Cadastre-se", preencha as informações e insira o comprovante de sua nomeação no cargo.

## É Dirigente Municipal de Educação e estava cadastrado no Conviva em 2024?

Não é necessário realizar novo cadastro, apenas **envie o comprovante de sua nomeação no cargo** para o e-mail [convivaeducacao@undime.org.br](mailto:convivaeducacao@undime.org.br) ou pelo Whatsapp (61) 98217-0057.

## Era da equipe técnica e estava cadastrado no Conviva em 2024?

Não é necessário realizar novo cadastro, porém, precisará de liberação do novo Dirigente Municipal de Educação para continuar usando a plataforma.

**Solicite que o DME libere seu acesso à plataforma** e dê permissão de uso para as ferramentas ligadas à sua atuação.

Na ferramenta "Minha Equipe", o DME libera o acesso a cada profissional (até de quem já usava o Conviva em 2024) e a permissão de uso das ferramentas.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a equipe de suporte por meio dos seguintes canais:

E-mail:  
[convivaeducacao@undime.org.br](mailto:convivaeducacao@undime.org.br)

WhatsApp:  
(61) 98217-0057

Telefone:  
0800 729 2872







## Prorrogação do PNE abre novas perspectivas para a educação no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.934, de 2024, que prorroga até 31 de dezembro de 2025 a vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano, que perderia a validade no dia 25 de julho de 2024, ainda acumula metas não cumpridas, o que tem gerado debates entre especialistas e educadores. Com um histórico de execução aquém do esperado, a sociedade e organizações educacionais aguardam um novo plano que corrija falhas passadas e apresente soluções práticas e intersetoriais para transformar a educação no país.

O governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), apresentou o Projeto de Lei nº 2.614/2024, com o objetivo de aprovar o Plano Nacional de Educação para o período de 2024 a 2034. O processo metodológico para elaboração do PL focou na identificação dos principais desafios da educação no país, para definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a

próxima década e teve como uma de suas bases o documento final da Conferência Nacional de Educação (Conae 2024), que contou com ampla participação da sociedade.

Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), reconhece que algumas propostas foram incluídas, mas critica a ausência de metas para questões socioambientais e sustentáveis.

Quando aprovado, o novo PNE definirá metas e estratégias educacionais para dez anos, com compromisso de investimento de 10% do PIB na educação pública. Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, destaca a necessidade de articular o plano a políticas econômicas e sociais e de incluir uma política integrada de educação ambiental. "Sem uma abordagem sistêmica, o PNE pode não atender às necessidades das novas gerações", alerta.

Para colaborar com a construção de estratégias de cooperação técnica para apoiar a elaboração dos planos decenais de educação dos estados, Distrito Federal e municípios, o MEC realizou, em 2024, um encontro nacional e outros cinco encontros regionais. Nesses encontros, todos os estados produziram estratégias de elaboração dos planos, com participação da sociedade, e tomaram conhecimento da metodologia de formulação do novo Plano. De acordo com a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/ MEC), em 2025, ocorrerão encontros estaduais de caráter formativo nos estados e municípios, que discutirão referências metodológicas para elaboração dos Planos Decenais, com participação da sociedade. Também será reconstituída a Rede de Cooperação Técnica que contribuirá para a elaboração e o monitoramento de Planos Subnacionais de

Educação.

A baixa execução do PNE também é atribuída à ausência de instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE). "O SNE é essencial para distribuir responsabilidades e recursos de maneira eficaz, garantindo continuidade das políticas educacionais", enfatiza Heleno Araújo.

De acordo com a assessoria de imprensa do MEC, a aprovação do PL 2.614/2024 no Congresso, após discussão democrática com a sociedade, é uma necessidade para o país. "Os problemas, desafios e objetivos da educação nacional demandam uma atualização, bem como as metas e estratégias deles decorrentes. Como plano estratégico do Estado brasileiro, o PNE deverá contribuir para o desenvolvimento social, econômico, cultural, científico e tecnológico do Brasil; no âmbito da União, dos estados e dos municípios. O plano nacional contribui ainda para a garantia do direito à educação, que envolve acesso, equidade, qualidade e processos democráticos de gestão. A expectativa do MEC é que a aprovação do novo PNE ocorra até o fim do ano de 2025".

O PNE 2014-2024 trouxe avanços, como a valorização dos profissionais da educação e a recomendação de investimento de 10% do PIB para o setor. Porém, a falta de articulação entre as leis orçamentárias impediu sua efetiva implementação. "O descumprimento das leis e a ausência de recursos no orçamento são problemas históricos", explica Heleno Araújo, destacando ainda a falta de definição e instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ) - já previsto tanto na Constituição Federal quanto na Lei do Novo Fundeb - e a ausência de gestão democrática nas escolas.

Apesar disso, Andressa Pellanda ressalta que o PNE anterior foi importante ao promover a participação da sociedade no monitoramento e

fiscalização das metas. "A transparência no monitoramento permitiu que a sociedade cobrasse o cumprimento das metas e mantivesse o debate público sobre a educação", afirma.

Para os especialistas, o próximo PNE precisa ser ambicioso e comprometer-se com metas sociais, ambientais e econômicas interligadas, promovendo uma educação democrática e inclusiva. A nova proposta deve incentivar a colaboração entre governo e sociedade, refletindo as vozes de educadores e estudantes. "A sociedade precisa ser ouvida, e o plano deve promover justiça social", conclui Andressa.

Com o PL 2.614/2024 em tramitação no Congresso, os próximos passos incluem debates para aprimorar a proposta com contribuições de emendas. Especialistas e entidades educacionais seguem atentos para contribuir para um PNE que atenda às necessidades das futuras gerações.

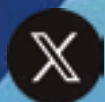
O Ministério da Educação reforça que os novos dirigentes de educação que tomarão posse em janeiro de 2025 encontrarão a Lei nº 13.005/2014 em vigência até o final de 2025. "É importante que os novos dirigentes municipais tomem conhecimento do PL 2.614/2024 e favoreçam a discussão na sociedade, especialmente junto às instituições de ensino e comunidades educacionais, no contexto do processo de elaboração dos futuros Planos Estaduais e Municipais de Educação".



# Faça parte da Undime



*Procure a seccional  
no seu estado e saiba como  
participar das atividades*



x.com/  
**undime**



facebook.com/  
**undime**



instagram.com/  
**undimenacional**



youtube.com/  
**undimenac**



linkedin.com/company/  
**undime-nacional**



Parceria institucional

